

Relatório da Administração Exercício de 2013

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às suas operações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O foco na perenidade do negócio, na construção do futuro e na geração de valor, perseguidos por um modelo de gestão estratégica e competitiva voltada para o crescimento sustentável do Aché, resultou em números expressivos registrados ao longo de 2013. Nesse período, o lançamento de 32 produtos incrementou nosso amplo e diversificado portfólio, cada vez mais equilibrado na contribuição à receita líquida, que cresceu 16,1% em relação ao ano de 2012. A manutenção da liderança em prescrição médica pelo 7º ano consecutivo atesta a execução dos planos de forma assertiva. Com a *Campanha Respeito pela Prescrição e pela Adesão ao Tratamento*, valorizamos o conhecimento médico e proporcionamos ao paciente mais segurança, beneficiando sua saúde e bem-estar. A adesão de mais sociedades médicas neste ano, desde a criação da Campanha, legítima a iniciativa pioneira do Aché. A construção do futuro é uma realidade. São mais de 170 projetos em desenvolvimento no pipeline da Companhia, complementados por parcerias para lançamentos inovadores que incrementarão os resultados em 2014 e nos próximos anos. A cultura de geração de valor já está incorporada. O reconhecimento de nossa solidez financeira e das práticas de gestão e governança vem das agências FitchRatings e Standard & Poor's que, ao manterem os ratings em nível *Investment Grade* com perspectiva estável em meio a um cenário econômico mundial de incertezas, renovam sua confiança em nosso modelo próprio de fazer negócio. Outra razão de orgulho para a Geração Aché é a conquista do Prêmio Lupa de Ouro de Melhor Performance Empresarial pelo 3º ano consecutivo, promovido pelo Grupemef. Demonstrando nosso crescimento com rentabilidade preservada, nossa margem EBITDA foi de 35,3% e a evolução do EBITDA foi de 16,5% em relação ao ano passado. A contratação de 276 colaboradores para a Força de Vendas no início de 2014 contribuiu para duplicar o tamanho de nossas equipes que atuam no campo, em um período de seis anos. Expressivos investimentos em aquisição de equipamentos e novas tecnologias dão suporte às necessidades crescentes de produção decorrentes de nossa velocidade de lançamentos e do aumento da visitação médica e atuação nos pontos de vendas, nas clínicas e nos hospitais. Acreditamos em nossa missão de levar saúde e bem-estar à população, o que nos estimula a buscar continuamente o aperfeiçoamento e a inovação. Ao estreitar vínculos e estabelecer aproximação com médicos, consumidores, colaboradores e demais parceiros, renovamos nosso compromisso com a ciência no Brasil e com a valorização da vida.

DESTAQUES DO ANO DE 2013

- ✓ Receita Líquida de R\$ 1,9 bilhão, 16,1% superior em relação ao período anterior; ✓ EBITDA Ajustado de R\$ 656,4 milhões, 16,5% superior em relação ao período anterior e representando 35,3% da receita líquida;
- ✓ Lucro Líquido de R\$ 403,8 milhões, representando 21,7% da receita líquida; ✓ Lançamento de 32 novos produtos e apresentações, sendo 12 medicamentos de prescrição, 9 dermocosméticos, 4 medicamentos isentos de prescrição e 7 medicamentos genéricos;
- ✓ 31 registros no ano, sendo 14 medicamentos de prescrição, 4 dermocosméticos, 3 nutracêuticos e 10 medicamentos genéricos;
- ✓ Manutenção dos ratings em nível *Investment Grade* com perspectiva estável pelas agências FitchRatings e Standard & Poor's; e
- ✓ Prêmio Lupa de Ouro de Melhor Performance Empresarial pelo 3º ano consecutivo, promovido pelo Grupemef.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS - CONSOLIDADOS

(R\$ milhões)	4T12	4T13	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)
Receita Líquida	437,2	511,8	17,1%	1.602,2	1.860,6	16,1%
Lucro Bruto	343,9	392,3	14,1%	1.261,2	1.449,8	15,0%
% Receita Líquida	78,7%	76,7%	-2,0 p.p.	78,7%	77,9%	-0,8 p.p.
Lucro Líquido	141,1	84,0	-40,4%	422,7	403,8	-4,5%
% Receita Líquida	32,3%	16,4%	-15,9 p.p.	26,4%	21,7%	-4,7 p.p.
EBITDA (Ajustado)	159,4	160,8	0,9%	563,5	656,4	16,5%
% Receita Líquida	36,5%	31,4%	-5,0 p.p.	35,2%	35,3%	0,1 p.p.

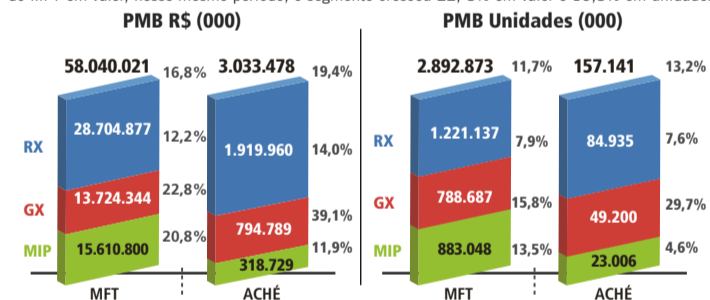
I - VISÃO GERAL

A receita líquida no 4T13 foi de R\$ 511,8 milhões, 17,1% superior ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período o EBITDA Ajustado foi de R\$ 160,8 milhões. A receita líquida consolidada no ano foi de R\$ 1,9 bilhão, 16,1% superior ao consolidado do ano anterior, enquanto o EBITDA Ajustado do mesmo período alcançou R\$ 656,4 milhões, 16,5% superior comparado ao ano anterior. A margem do EBITDA Ajustado alcançou 35,3% sobre a receita líquida e o lucro líquido foi de R\$ 403,8 milhões.

II - CONTEXTO DO NEGÓCIO

1. MERCADO FARMACÊUTICO TOTAL - MFT (PMB)

O mercado farmacêutico brasileiro registrou em 2013 uma evolução de 16,8% em valor e 11,7% em unidades, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 49,5% do MFT em valor, cresceu 12,2% em valores e 7,9% em unidades, quando comparado com o mesmo período de 2012. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 26,9% do MFT em valor, cresceu 20,8% comparado ao mesmo período do ano anterior em valor e 13,5% em unidades. Para o mercado de medicamentos genéricos, que representa 23,6% do MFT em valor, nesse mesmo período, o segmento cresceu 22,8% em valor e 15,8% em unidades.

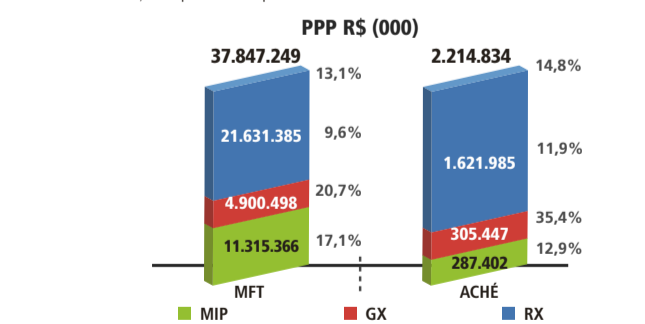


2. O ACHÉ NO MERCADO FARMACÊUTICO TOTAL - MFT (PMB)

A demanda da Companhia no canal trade, em 2013, alcançou R\$ 3,0 bilhões, valor 19,4% superior ao mesmo período de 2012. Em unidades, a demanda do Aché atingiu 157 milhões, com aumento de 13,2%. Na geração de receita médico, seu principal foco estratégico, o Aché se manteve como líder do mercado farmacêutico pelo sétimo ano consecutivo, com 6,42% de participação de mercado. Esse resultado foi alcançado mais uma vez por meio da capilaridade e segmentação da visitação médica e dos lançamentos de novos produtos.

2.1 MERCADO FARMACÊUTICO TOTAL - MFT (PPP)

Para o cálculo do tamanho do mercado farmacêutico total (MFT), que representa a demanda em reais de todas as empresas estabelecidas no Brasil, a IMS Health Brasil, principal consultoria no setor, passou a utilizar, desde 2012, um segundo nível de preços a partir do preço efetivo de compra pelas farmácias, considerando o desconto comercial praticado - PPP (Pharmacy Purchase Price), além do PMB (Pharmaceutical Market Brasil), que traz como base a projeção da demanda bruta das companhias a partir do preço-fábrica. Em 2013, na avaliação individual por corporação, o Aché ocupava o segundo lugar no ranking do PPP e o quarto lugar no ranking do PMB. Utilizando a metodologia do PPP, temos que o mercado farmacêutico brasileiro registrou em 2013 uma evolução de 13,1% em valor, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 57,2% do MFT em valor, cresceu 9,6% quando comparado com o mesmo período de 2012, enquanto o Aché cresceu 11,9%. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 29,9% do MFT em valor, cresceu 17,1% com o mesmo período. Já o mercado de medicamentos genéricos, que representa 12,9% do MFT em valor, nesse mesmo período, cresceu 20,7%, contra o crescimento de 35,4% apresentado pelo Aché.



UNIDADE DE NEGÓCIOS DE PRESCRIÇÃO

Essa Unidade atingiu R\$ 1,5 bilhão de receita líquida, com evolução de 16,4%, se comparado ao mesmo período de 2012, representando 80,0% da receita líquida da Companhia. A receita líquida da unidade de negócios de Prescrição incluiu os resultados da unidade de negócios Dermocosmético. No segmento de prescrição, com os resultados de 2013, o Aché se manteve na liderança nacional em demanda em reais. Foram lançados nesse período 12 novos medicamentos, tais como: Revange, Donila, Motore, Adinos Gen, Cipide, Elkon e Notuss TSS, além da ampliação do portfólio de dermocosméticos com os produtos Clair Gel (creador para o rosto, especialmente desenvolvido para a pele brasileira), Eucerin Kids (fotoprotetor para crianças) e Nutrel Gel de Limpeza (produto indicado para higienização de todos os tipos). Na tabela a seguir, destacamos os produtos que apresentaram na demanda em reais os desempenhos mais relevantes da Unidade de Prescrição, comparando com o ano anterior.

PRESCRIÇÃO - % EVOLUÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO (2013 VERSUS 2012)

RK	PRODUTOS - RX	Evol. (%) reais
1	TREZOR	560,7%
2	MONTELAIR	151,6%
3	BIOMAG	150,0%
4	QUETROS	140,5%
5	EXODUS	41,8%
6	LEUCOGEN	40,6%
7	MERITOR	22,0%
8	LEVOID	21,6%
9	BUSONID NASAL	21,1%
10	ALENIA	20,1%

UNIDADE DE NEGÓCIOS MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO - MIP

A Unidade MIP também apresentou um desempenho positivo em 2013, atingindo R\$ 184,1 milhões de receita líquida, com evolução de 9,48%, se comparado ao mesmo período de 2012, representando 9,9% da receita líquida da Companhia. Como principal lançamento da Unidade MIP em 2013 está o Dose D (suplemento alimentar que contribui para o alcance da ingestão diária necessária de vitamina D. Na tabela a seguir, destacamos os principais crescimentos da Unidade MIP em demanda em reais, comparados ao mesmo período de 2013:

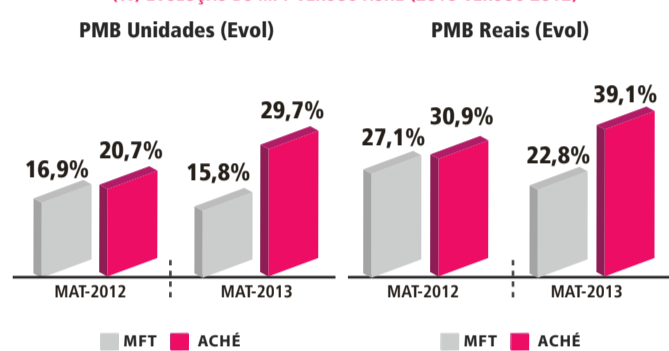
MIP - % EVOLUÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO (2013 VERSUS 2012)

RK	PRODUTOS - MIP	Evol. (%) Reais
1	PROEPA GESTA	282,1%
2	INELLARE	118,0%
3	SINTOCALMY	34,1%
4	FLAGASS	22,3%
5	DECONGEX PLUS NF	17,5%

UNIDADE DE NEGÓCIOS GENÉRICOS

Essa Unidade atingiu R\$ 186,6 milhões de receita líquida, com evolução de 23,9% se comparado ao mesmo período de 2012, representando 10,1% da receita líquida da Companhia. Com ações promocionais no ponto de venda e com o lançamento de novas moléculas, o Aché firma-se como um laboratório competitivo também no segmento de genéricos, apresentando, em 2013, um crescimento de demanda em reais de 39,1% contra 22,8% do mercado.

(%) EVOLUÇÃO DO MFT VERSUS ACHÉ (2013 VERSUS 2012)



Em 2013 a Unidade de Genéricos lançou 7 moléculas, entre elas Desloratadina, Alendronato de Sódio, Levofloxacino, Ciprofibrato e Prednisolona.

Na tabela a seguir, destacamos os principais crescimentos da Unidade de Genéricos:

GENÉRICOS - % EVOLUÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO (2013 VERSUS 2012)

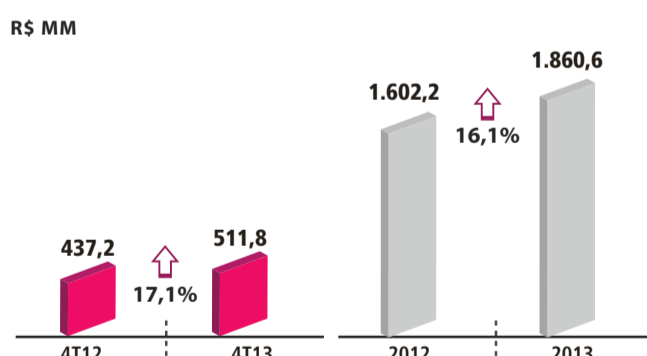
RK	PRODUTOS - GX	Evol. (%) Reais
1	BETAISTINA	459,0%
2	PANTOPRAZOL	385,8%
3	SINAVATINA	206,4%
4	CLOPIDOGREL	175,3%
5	MALEATO DE ENALAPRIL	154,4%
6	LOSARTANA	131,7%
7	ATENOLOL	123,6%
8	SIMETICONA	68,8%
9	NIMESULIDA	55,4%
10	BESILATO DE ANLÓDIPINO	42,1%

III - DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(R\$ milhões)	4T12	s/RL	4T13	s/RL	2012	s/RL	2013	s/RL
Receita líquida	437,2	100,0%	511,8	100,0%	1.602,2	100,0%	1.860,6	100,0%
Lucro bruto	343,9	78,7%	392,3	76,7%	1.261,2	78,7%	1.449,8	77,9%
Vendas e administrativas	(163,0)	-37,3%	(210,0)	-41,0%	(680,7)	-42,5%	(785,3)	-42,2%
Outras operacionais	(16,3)	-3,7%	(62,4)	-12,2%	(23,7)	-1,5%	(85,9)	-4,6%
Lucro operacional (EBIT)	164,6	37,6%	119,9	23,4%	556,8	34,8%	578,6	31,1%
Resultado financeiro líquido	7,5	1,7%	3,7	0,7%	28,4	1,8%	17,2	0,9%
Lucro antes do IRPJ/CSLL	172,1	39,4%	123,6	24,1%	585,2	36,5%	595,8	32,0%
Lucro líquido	141,1	32,3%	84,0	16,4%	422,7	26,4%	403,8	21,7%
EBITDA (Ajustado)	159,4	36,5%	160,8	31,4%	563,5	35,2%	656,4	35,3%

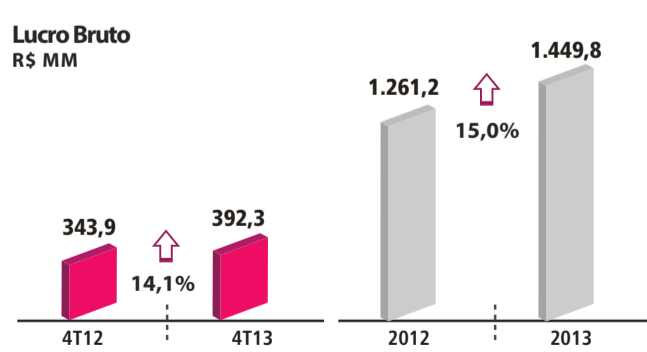
1. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas cresceu 16,1% em relação ao ano de 2012, atingindo 1.860,6 milhões. No 4T13 a receita líquida foi de R\$ 511,8 milhões, 17,1% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. A participação na receita líquida no acumulado do ano por Unidade de Negócio foi a seguinte: Prescrição 80,0%, MIP 9,9% e Genéricos 10,1%.



2. LUCRO BRUTO

A Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 1.449,8 milhões, 15% superior em relação ao mesmo período acumulado em 2012. No 4T13 o lucro bruto foi de R\$ 392,3 milhões, 14,1% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.



3. DESPESAS COM VENDAS

Em 2013 as despesas com vendas totalizaram R\$ 666,7 milhões, 35,8% da receita líquida. No 4T13 representaram R\$ 185,6 milhões, 36,3% da receita líquida, conforme quadro a seguir:

(R\$ milhões)	4T12	s/RL	4T13	s/RL	2012	s/RL	2013	s/RL
Despesas com vendas	141,6	32,4%	185,6	36,3%	587,9	36,7%	666,7	35,8%

4. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

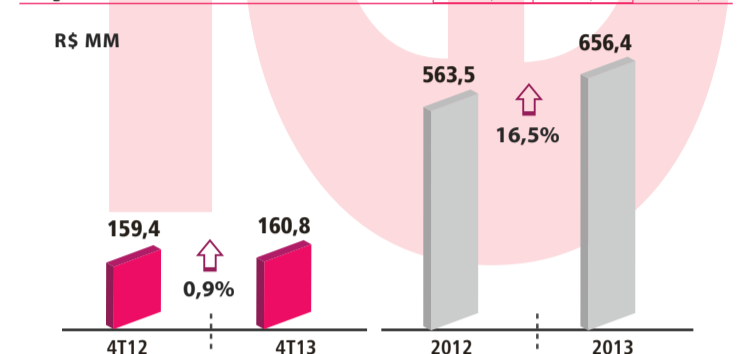
As despesas gerais e administrativas em 2013 totalizaram R\$ 118,6 milhões, representando 6,4% da receita líquida.

(R\$ milhões)	4T12	s/RL	4T13	s/RL	2012	s/RL	2013	s/RL
Provisão para Perdas de Estoques	3,4	0,8%	6,7	1,3%	10,6	0,7%	19,6	1,1%
Despesas Gerais e Administrativas	18,0	4,1%	24,6	4,8%	82,2	5,1%	99,0	5,3%
Despesas Gerais e Administrativas	21,4	4,9%	31,3	6,1%	92,8	5,8%	118,6	6,4%

5. EBITDA

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 656,4 milhões, 16,5% superior ao ano anterior e com uma margem EBITDA de 35,3% no período acumulado de 2013

EBITDA (R\$ milhões)	2012	2013	Var. (%)
Lucro líquido	422,7	403,8	-4,5%
Provisão para IRPJ e CSLL	163,0	192,7	18,2%
Resultado financeiro líquido	(28,4)	(17,2)	-39,4%
Depreciação e amortizações	20,4	23,7	16,1%
EBITDA	577,7	603,0	4,4%
Despesas/receitas não recorrentes	(14,2)	53,4	-476,4%
EBITDA Ajustado	563,5	656,4	16,5%
Margem	35,2%	35,3%	0,1%



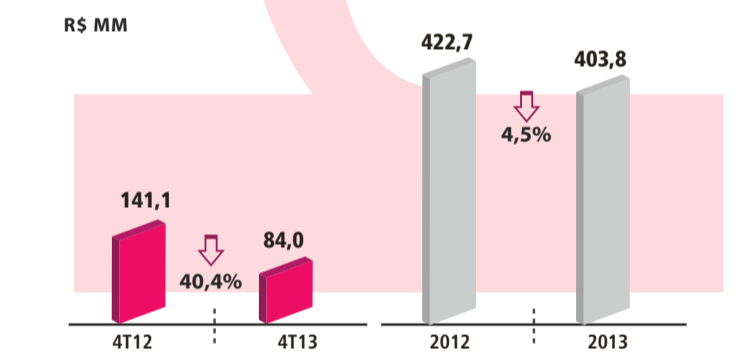
6. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras líquidas em 2013 totalizam R\$ 12,8 milhões, com diminuição de R\$ 16,8 milhões quando comparadas ao ano anterior.

(R\$ milhões)	4T12	s/RL	4T13	s/RL	2012	s/RL	2013	s/RL
Receitas (despesas) financeiras	8,2	1,9%	2,2	0,4%	29,6	1,8%	12,8	0,7%
Variável cambial	-	0,0%	(0,2)	0,0%	(0,4)	0,0%	(0,7)	0,0%
Ajuste a Valor Presente - AVP	(0,7)	-0,2%	1,7	0,3%	(0,8)	0,0%	5,1	0,3%
Resultado financeiro	7,5	1,7%	3,7	0,7%	28,4	1,8%	17,2	0,9%

7. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2013 foi de R\$ 403,8 milhões, inferior em 4,5% no mesmo período acumulado em 2012. No 4T13 o lucro líquido foi de R\$ 84 milhões, representando 16,4% da receita líquida. No comparativo desses dois períodos (4T13 versus 4T12), deve ser levada em consideração a adesão da Companhia ao REFIS, representando uma despesa extraordinária de R\$ 51,2 milhões no período.



8. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

A Companhia encerrou 2013 com uma posição líquida de caixa de R\$ 227,7 milhões, conforme quadro a seguir:

(R



Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 06.659.463/0001-91

achē

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). Para fins das demonstrações contábeis consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do Grupo são convertidos, quando aplicável, para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia. **2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas diretas e indiretas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia, entre outros e não se limitando a isto, tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

deixando de ser avaliada e reconhecida nas demonstrações contábeis com base na consolidação proporcional. Conforme mencionado nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Bionovis iniciou suas atividades em 23 de março de 2012, por meio da celebração de acordo entre as sociedades Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., EMS Participações S.A., Hypermarcas S.A. e União Química Farmacêutica Nacional S.A., pelo qual cada sócio detém 25% do capital social da Companhia, e a aplicação dessas novas normas não gerou efeito relevante na demonstração do resultado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012, entretanto, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 está sendo representado para fins de comparação, a fim de refletir as alterações devido à aplicação dos conceitos anteriormente citados, que substancialmente geram os seguintes impactos:

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Participação - %	
	31/12/13	31/12/12
Controladas diretas e controlada em conjunto:		
Aché International	100,00	100,00
Biosintética	99,99	99,99
Melcon(*)	50,00	50,00
Labofarma	99,99	99,99
Controlada indireta - Raposo	99,99	99,99

(*) A Companhia, mesmo não sendo majoritária na composição acionária da Melcon, é controladora da investida, pois tem direitos que lhe dão a capacidade de dirigir as atividades que afetam significativamente seus retornos; dessa forma, a Companhia adota o critério de consolidação total da investida e destaca a participação dos não controladores no balanço patrimonial consolidado, separadamente do patrimônio líquido dos controladores. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação coincidem com os da controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas, estando consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, os saldos, as receitas e as despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Os principais procedimentos de consolidação são: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. • Eliminação de participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas. • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. • Eliminação dos saldos dos lucros não realizados nos estoques decorrentes de negócios das empresas consolidadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. • Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas e da "joint venture" são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.5. Principais práticas contábeis:** **2.5.1. Princípios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. **2.5.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até as datas dos balanços, que não excede o valor de mercado. **2.5.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. **2.5.4. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques. **2.5.5. Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos tem início quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou venda pretendida. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **2.5.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo. Adicionalmente, as marcas e patentes adquiridas de terceiros estão registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação, quando aplicável. **2.5.7. Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo-se o ágio:** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo passa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.5.8. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou ao maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **2.5.9. Critérios de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzido de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • Os benefícios econômicos associados à transação provavelmente fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. • Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **2.5.10. Receita de dividendos e de juros:** A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. **2.5.11. Subvenções governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, os termos de acordo e a legislação aplicável a cada benefício. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais são reconhecidos como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais sejam atendidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. **2.5.12. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos geralmente sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados aos itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. **2.5.13. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.5.14. Instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação:** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias. **a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis nessa classificação. **c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 13) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5). **Mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são classificadas para o resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.5.15. Classificação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio do fim de cada exercício. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. **2.5.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o fim do exercício e que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da Assembleia Geral Ordinária que aprova as referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", destacada no próprio patrimônio líquido. **2.5.17. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros financeiros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.5.18. Lucro líquido por ação:** O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, conforme a nota explicativa nº 26. **2.6. Aplicação das novas normas contábeis:** A Administração realizou uma revisão detalhada para determinar os efeitos da adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 36 (RJ) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas) e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Acordos Conjuntos) em relação à "joint venture" da Companhia. A adoção dessas normas, as quais possuem a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, resultou em alterações na contabilização do investimento mantido pela Companhia na "joint venture" Bionovis, empresa controlada em conjunto de acordo com a norma internacional IAS 31 - "Interest in Joint Ventures". Essa empresa até 31 de dezembro de 2012 estava sendo classificada como controlada em conjunto e passou a ser classificada como "joint venture" e então ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial,

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/12
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	457.703	(1.971)
Contas a receber de clientes	258.170	-
Estoques	179.970	-
Impostos e contribuições sociais a compensar	4.402	(3)
Despesas antecipadas	16.789	-
Outros créditos	10.755	(101)
Total do ativo circulante	927.789	(2.075)
Não Circulante		
Aplicações financeiras	6.795	-
Depósitos judiciais	50.893	-
Impostos e contribuições sociais a compensar	1.946	-
Outros ativos	1.422	-
Investimentos	-	1.970
Imobilizado	606.919	(36)
Intangível	263.821	(3)
Total do ativo não circulante	931.796	1.931
Total do Ativo	1.859.585	(144)

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/12
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	73.781	(61)
Fornecedores	55.182	-
Obrigações tributárias	118.405	(16)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	52.232	(58)
Contas a pagar	13.973	(9)
Outras obrigações	19.709	-
Total do passivo circulante	333.282	(144)
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	144.821	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	106.439	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	107.057	-
Outras obrigações	29.140	-
Total do passivo não circulante	387.457	-

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/12
Patrimônio Líquido		
Capital social	440.959	-
Reservas de capital	174.212	-
Reserva de reavaliação	5.856	-
Ajuste de avaliação patrimonial	142.493	-
Reservas de lucros	371.545	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da controlada	3.781	-
Total do patrimônio líquido	1.138.846	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.859.585	(144)

(*) Efeito da consolidação proporcional da "joint venture" Bionovis, ajustado para fins de comparação com as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012. A Companhia não preparou o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2012, considerando a aplicação dessas novas normas, pois, conforme citado anteriormente, a Bionovis iniciou suas atividades no dia 23 de março de 2012, tampouco a demonstração do resultado consolidada referente ao exercício de 2012, pois o impacto após sua constituição foi imaterial. **2.7. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas ainda não vigentes:** A seguir estão listadas as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis. Essa listagem contempla aquelas normas e interpretações emitidas que a Companhia espera, de forma razoável, que produzam impacto nas divulgações, na situação financeira ou no desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor. • **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPCs 38, 39 e 40)** - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige, ainda, a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Essa norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **Alteração na IAS 32 - Instrumentos financeiros - Apresentação** - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis:** **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. No fim de cada exercício, a Administração da Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Nas datas dos balanços nenhuma evidência de não realização foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas dos balanços nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual. A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos. A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado. **b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia e suas controladas fazem estimativas para a avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A estimativa da avaliação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é feita tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização em seus compromissos. **c) Provisão para perdas em estoques:** A Companhia e suas controladas fazem trimestralmente estimativas para a avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques seguindo os critérios apresentados a seguir: • Produtos e materiais vendidos. • Produtos "originais" com data de vencimento até 12 meses. • Produtos "amostras grátis" com data de vencimento até 5 meses. • Produtos bloqueados por qualidade. • Produtos devolvidos por clientes. **d) Provisão para riscos:** A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações contábeis. **e) Impostos diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	16.998	2.422	26.965	3.698
Aplicações financeiras	245.796	122.369	388.205	452.034
	262.794	124.791	415.170	455.732

As aplicações financeiras compreendem Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são classificadas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Nacionais	192.636	153.087	307.785	263.359
Estrangeiros	1.873	603	4.150	3.560
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº15)	22.040	19.884	7	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.789)	(5.471)	(7.321)	(8.749)
	211.760	168.103	304.621	258.170
Circulante	211.760	168.103	303.534	258.170
Não circulante	-	-	1.087	-
	211.760	168.103	304.621	258.170

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Títulos a vencer	204.030	153.218	293.555	231.282
Títulos vencidos:				
De 1 a 30 dias	5.925	14.231	8.379	25.910
De 31 a 60 dias	513	443	716	544
De 61 a 90 dias	167	169	227	199
De 91 a 180 dias	747	18	1.148	74
Acima de 180 dias	5.167	5.495	7.917	8.910
	216.549	173.574	311.942	266.919

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

|--|



Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 06.659.463/0001-91

achē

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue: O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, preparadas pela Companhia e por suas controladas, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e não possui prazo de prescrição.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo				
Imposto de renda diferido sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	41.909	38.677	45.706	41.247
Participações nos resultados	5.151	5.388	6.154	5.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.197	1.368	1.823	2.187
Provisão para perdas nos estoques	3.746	2.769	5.979	4.884
Provisão para manutenção de frota	779	1.302	1.073	1.892
Provisão para bonificação de clientes	1.797	1.728	5.702	4.694
Lucro não realizado	1.239	-	1.239	-
Outros	2.842	705	4.209	801
	<u>58.660</u>	<u>51.937</u>	<u>71.885</u>	<u>61.093</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	15.087	13.924	16.454	14.849
Participações nos resultados	1.854	1.940	2.215	1.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	431	492	656	787
Provisão para perdas nos estoques	1.349	997	2.152	1.758
Provisão para manutenção de frota	281	469	386	682
Provisão para bonificação de clientes	647	622	2.053	1.690
Lucro não realizado	446	-	446	-
Outros	1.884	1.115	2.413	1.185
	<u>21.979</u>	<u>19.559</u>	<u>26.775</u>	<u>22.891</u>
	<u>80.639</u>	<u>71.496</u>	<u>98.660</u>	<u>83.984</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Passivo				
Imposto de renda diferido sobre:				
Reavaliação dos ativos	1.949	2.114	4.912	2.917
Custo atribuído ao ativo imobilizado e diferença entre vida útil versus taxa de depreciação fiscal	50.495	47.890	60.566	56.783
Ágio amortizado	2.862	2.862	53.847	53.847
Custo dos empréstimos	7.917	6.893	7.917	6.893
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.132	14.515	16.132	14.515
Ajuste a valor presente do empréstimo PRÓ-DF	-	-	7.080	4.659
Outros	-	-	283	403
	<u>79.355</u>	<u>74.274</u>	<u>150.737</u>	<u>140.017</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contribuição social diferida sobre:				
Reavaliação dos ativos	702	761	1.768	1.050
Custo atribuído ao ativo imobilizado e diferença entre vida útil versus taxa de depreciação fiscal	18.178	17.240	21.804	20.442
Ágio amortizado	1.030	1.030	19.385	19.385
Custo dos empréstimos	2.850	2.482	2.850	2.482
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.808	5.225	5.808	5.225
Ajuste a valor presente do empréstimo PRÓ-DF	-	-	2.549	1.677
Outros	-	-	103	145
	<u>28.568</u>	<u>26.738</u>	<u>54.267</u>	<u>50.406</u>
	<u>107.923</u>	<u>101.012</u>	<u>205.004</u>	<u>190.423</u>
	<u>27.284</u>	<u>29.516</u>	<u>106.344</u>	<u>106.439</u>

Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.....
Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2014.....	5.076	15.129
2015.....	3.010	2.845
2016.....	33.910	38.086
2017 em diante.....	(69.280)	(162.404)
	<u>(27.284)</u>	<u>(106.344)</u>

8. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	518.357	518.462	595.832	585.144
Despesa nominal de imposto de renda e contribuição social - 34%.....	(176.241)	(176.277)	(202.583)	(198.949)
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial.....	48.801	47.680	-	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.....	6.680	6.498	8.466	7.435
Juros sobre o capital próprio.....	17.311	20.204	17.311	20.204
Multas não dedutíveis (*).....	(17.398)	-	(17.398)	-
Doações não dedutíveis.....	(985)	(908)	(1.834)	(1.479)
Outras.....	7.290	7.012	3.369	9.805
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(114.542)</u>	<u>(95.791)</u>	<u>(192.669)</u>	<u>(162.984)</u>
Correntes.....	(116.774)	(92.460)	(195.772)	(162.638)
Diferidos.....	2.232	(3.331)	3.103	(346)
	<u>(114.542)</u>	<u>(95.791)</u>	<u>(192.669)</u>	<u>(162.984)</u>

(*) Referem-se a pagamento de multa relacionada ao Programa de Regularização Fiscal - REFIS, conforme descrita na nota explicativa nº 16.

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Controladas e controlada em conjunto.....	442.472	577.487	623	1.970
Ágio - Asta Médica.....	11.446	11.446	-	-
Ágio - Melcon.....	17.534	17.534	-	-
	<u>471.452</u>	<u>606.467</u>	<u>623</u>	<u>1.970</u>

Com base na interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, para fins de apresentação dos balanços patrimoniais individuais, os ágios foram classificados como parte dos investimentos que lhes deram origem, pois fazem parte do investimento adquirido. No balanço patrimonial consolidado, os ágios foram reclassificados para o ativo intangível por serem referentes à expectativa de rentabilidade de cada controlada adquirida, com base em laudo de avaliação preparado por especialistas à época das aquisições, cujos ativos e passivos estão consolidados nas demonstrações da Companhia. As informações dos investimentos em controladas e "joint venture" são como segue:

	Valores das investidas em 31/12/13		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultados não realizados	Equivalência patrimonial	Investimentos	31/12/13	31/12/12
Controladas e controlada em conjunto						
Aché International.....	1.533	(9)	100,00	195	1.533	1.347
Biosintética (c).....	447.935	154.318	(310)	99,99	(250.000)	154.318
Melcon (a).....	6.258	(1.303)	(444)	50,00	-	(488)
Labofarma (a).....	(5.795)	(4.182)	(4.202)	99,99	-	(4.182)
Bionovis (b).....	2.491	(5.609)	-	25,00	-	(1.347)
	<u>452.422</u>	<u>143.215</u>	<u>(4.956)</u>	<u>(250.000)</u>	<u>195</u>	<u>148.292</u>
					<u>442.472</u>	<u>577.487</u>

(a) A equivalência patrimonial das controladas Melcon e Labofarma foi ajustada conforme a interpretação técnica ICPC 09, devido à eliminação dos lucros não realizados nas operações de venda das controladas para a controladora. (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia possui participação na "joint venture" Bionovis S.A. (c) Em 15 de julho de 2013, conforme aprovado na Ata de Reunião de Sócios da Biosintética realizada em 28 de março de 2013 foi efetuada a redução do seu capital social que se encontrava totalmente integralizado, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social (conforme previsto no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil), passando de R\$305.714 para R\$55.714, com uma redução, portanto, de R\$250.000, mediante o cancelamento de 25.000.000,00 de cotas representativas do capital social, das quais 24.999.998.308 eram de titularidade da sócia Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., e 1.692 eram de titularidade da sócia Magenta Participações S.A.

	Resultado de equivalência patrimonial		Lucros		Outros	
	Redução de capital	Varição cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/13	31/12/12
Controladas e "joint venture"						
Aché International.....	1.347	-	195	(9)	-	1.533
Biosintética.....	572.336	(250.000)	-	154.318	(310)	(25.709)
Melcon (a).....	3.448	-	(488)	(444)	-	170
Labofarma.....	(1.614)	-	(4.182)	(4.202)	-	(9.998)
Bionovis (b).....	1.970	-	(1.347)	-	-	623
Total.....	<u>577.487</u>	<u>(250.000)</u>	<u>195</u>	<u>148.292</u>	<u>(4.956)</u>	<u>(25.709)</u>
						<u>(2.837)</u>
						<u>442.472</u>

Os detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na nota explicativa nº 15.

10. IMOBILIZADO

	Controladora (BR GAAP)			31/12/12		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	82.774	-	82.774	82.774	-	82.774
Edifícios.....	428.627	(108.719)	319.908	387.073	(102.044)	285.029
Instalações.....	41.157	(31.103)	10.054	39.966	(29.267)	10.699
Máquinas e equipamentos.....	133.278	(81.251)	52.027	114.294	(76.348)	37.946
Móveis e utensílios.....	19.149	(17.392)	1.757	18.373	(17.029)	1.344
Veículos.....	1.900	(1.761)	139	1.900	(1.670)	230
Equipamentos de informática.....	21.761	(20.080)	1.681	22.484	(20.466)	2.018
Moldes e matrizes.....	11.970	(7.709)	4.261	10.513	(7.003)	3.510
Imobilizado em andamento.....	740.616	(268.015)	472.601	677.377	(253.827)	423.550
	<u>55.771</u>	-	<u>55.771</u>	<u>81.633</u>	-	<u>81.633</u>
	<u>796.387</u>	<u>(268.015)</u>	<u>528.372</u>	<u>759.010</u>	<u>(253.827)</u>	<u>505.183</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Terrenos.....	122.666	-	122.666	-
Edifícios.....	467.999	(118.468)	349.531	426.445
Instalações.....	49.498	(37.260)	12.238	47.625
Máquinas e equipamentos.....	203.597	(120.710)	82.887	175.019
Móveis e utensílios.....	20.425	(17.810)	2.615	19.390
Veículos.....	2.447	(1.971)	476	2.159
Equipamentos de informática.....	25.047	(22.851)	2.196	25.606
Moldes e matrizes.....	16.931	(9.123)	7.808	14.424
Imobilizado em andamento.....	908.610	(328.193)	580.417	833.334
Total.....	<u>60.037</u>	-	<u>60.037</u>	<u>81.633</u>
	<u>968.647</u>	<u>(328.193)</u>	<u>640.454</u>	<u>914.967</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Saldo no início do exercício.....	505.183	497.853	606.883	600.429
Adições (líquidas das transferências de projetos encerrados):				
Edifícios.....	53	-	53	-
Instalações.....	1.190	521	1.935	833
Máquinas e equipamentos.....	18.980	4.146	28.617	6.560
Móveis e utensílios.....	785	505	1.055	725
Veículos.....	-	102	288	134
Equipamentos de informática.....	563	325	740	483
Imobilizado em andamento.....	15.640	14.393	19.908	14.399
	<u>1.462</u>	<u>620</u>	<u>2.514</u>	<u>1.732</u>
	<u>38.673</u>	<u>20.612</u>	<u>55.110</u>	<u>24.866</u>
Baixas líquidas.....	(10)	(23)	(32)	(60)
Depreciação.....	(15.474)	(13.259)	(21.507)	(18.352)
Saldo no fim do exercício.....	<u>528.372</u>	<u>505.183</u>	<u>640.454</u>	<u>606.883</u>

A tabela a seguir apresenta a vida útil dos ativos imobilizados:

Categoria	Vida útil (anos)
Edificações.....	42,35
Móveis e utensílios, instalações, moldes e matrizes e outros.....	10
Máquinas e equipamentos.....	6,03
Equipamentos de informática.....	4
Veículos.....	5

Bens dados em garantia e/ou penhora: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em penhora e aval de operações de empréstimos e financiamentos, bem como arrolados em defesa em processos judiciais, conforme informações descritas na nota explicativa nº 12. **Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"**: Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados fatores internos e externos às operações da Companhia e de suas controladas que indicassem a necessidade de eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

11. INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Marcas (a).....	25.047	24.887	27.972	27.800
Softwares.....	1.665	2.859	3.059	3.097
Ágio - Asta Médica Ltda. (b).....	-	-	11.446	11.446
Ágio - Biosintética (c).....	-	-	203.942	203.942
Ágio - Melcon (d).....	-	-	17.533	17.533
Total.....	<u>26.712</u>	<u>27.746</u>	<u>263.952</u>	<u>263.818</u>

(a) Representadas por marcas adquiridas de terceiros e/ou adquiridas em



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base em sua avaliação e amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A composição das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Tributários.....	111.268	107.343	119.088	110.915
Trabalhistas.....	48.597	41.124	55.103	47.234
Cíveis.....	7.772	6.248	8.632	6.843
	167.637	154.715	182.823	164.992
Depósitos judiciais.....	(57.377)	(56.399)	(59.043)	(57.935)
Total.....	110.260	98.316	123.780	107.057

As movimentações encontram-se apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)					31/12/13
	31/12/12	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	
Tributários.....	107.343	63.244	(11.898)	(55.891)	8.470	111.268
Trabalhistas.....	41.124	10.675	(5.853)	(2.140)	4.791	48.597
Cíveis.....	6.248	2.511	(374)	(1.291)	678	7.772
	154.715	76.430	(18.125)	(59.322)	13.939	167.637
Depósitos judiciais.....	(56.399)	(17.157)	19.233	-	(3.054)	(57.377)
Total.....	98.316	59.273	1.108	(59.322)	10.885	110.260

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)					31/12/13
	31/12/12	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	
Tributários.....	110.915	68.026	(12.219)	(56.119)	8.485	119.088
Trabalhistas.....	47.234	11.105	(6.269)	(2.412)	5.445	55.103
Cíveis.....	6.843	3.052	(374)	(1.566)	677	8.632
	164.992	82.183	(18.862)	(60.097)	14.607	182.823
Depósitos judiciais.....	(57.935)	(17.630)	19.594	-	(3.072)	(59.043)
Total.....	107.057	64.553	732	(60.097)	11.535	123.780

Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
PIS e COFINS (a).....	23.180	24.443
IRPJ e CSLL (b).....	30.453	33.197
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (c).....	34.903	28.787
ICMS (d).....	10.325	5.260
Outros.....	20.227	19.228
	119.088	110.915
Depósitos judiciais.....	(41.996)	(48.076)
Total.....	77.092	62.839

(a) Os principais processos referentes a esse assunto são: (i) Ação Ordinária que discute a imputação indevida de depósitos judiciais remanescentes da discussão referente à Lei nº 9.718/98 a competências já extintas pelo transcurso do prazo decadencial/prescricional. Atualmente, referida ação encontra-se no Tribunal Regional Federal para o julgamento da apelação interposta pela Companhia, a qual foi recebida em ambos os efeitos; e (ii) Processo Administrativo cujo objeto é a cobrança de diferença de tributos e imposição de multa aduaneira em virtude da utilização da classificação fiscal de medicamentos em operações de importação de produtos que, segundo o posicionamento da Secretaria da Receita Federal - SRF, deveriam ter sido classificados como cosméticos. Esse processo encontra-se em fase recursal administrativa. (b) Os principais processos referentes a esse assunto são: (i) Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de pleitear a dedução da CSLL da base de cálculo do imposto de renda. Foram protocolizados Recursos Especial e Extraordinário em nome da Companhia em 11 de março de 2010, os quais estão aguardando o juízo de admissibilidade até o momento; (ii) Ação Ordinária cujo objeto é a discussão judicial sobre a dedutibilidade da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social. Referida ação encontra-se em fase de liquidação e apuração dos valores que deverão ser convertidos em renda da União e levantados pela Companhia; e (iii) outros processos administrativos em fase recursal que têm por objeto compensações não homologadas pela SRF. (c) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória. Esse processo encontra-se em fase de julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia em setembro de 2009, perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e o Supremo Tribunal Federal - STF, respectivamente. (d) Diversas execuções fiscais embargadas, cujos objetos são autos de infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda dos Estados da Bahia e Espírito Santo que discutem substituição tributária, não internamento na Zona Franca de Manaus e glória de créditos. A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia. A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, classificados em rubrica específica do ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, com base nos contratos de honorários firmados entre a Companhia, suas controladas e seus assessores jurídicos externos, foi constituída uma provisão registrada na rubrica "Provisões para riscos tributários", no montante de R\$8.373 para a controladora e de R\$13.081 no consolidado, referente à totalidade dos honorários de sucesso que possam vir a ser devidos em virtude de processos administrativos e judiciais cuja classificação de risco seja de perda possível ou remota. Processos classificados como risco de perda possível; Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus consultores jurídicos externos como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
Tributários.....	246.284	239.029
Trabalhistas.....	14.034	21.264
Cíveis.....	3.943	3.681
	264.261	263.974

Processo classificado como risco de perda remota: Processo Administrativo nº 16643.720001/2011-18: Em maio de 2011, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Biosintética Farmacêutica Ltda. no valor total de aproximadamente R\$301.000, para exigir impostos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2006 a 2009, por entender que a Biosintética não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. ("Delta"). Em sessão realizada em 6 de dezembro de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF analisou o recurso voluntário interposto pela Biosintética e, por unanimidade de votos, julgou a autuação totalmente improcedente. O processo administrativo, atualmente, aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda à Câmara Superior. Assim, com base em parecer legal dos consultores jurídicos externos e amparados pela última decisão do órgão julgador, a Biosintética ratifica que os argumentos de defesa estão bem fundamentados e que o risco de perda com relação à dedução do ágio é possível, com tendência a remota, e, em referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para esse processo. Programa de regularização fiscal. "Refis": Em razão da edição da Lei nº 12.865/13, foi reaberto o prazo para adesão ao programa de regularização fiscal, "Refis", originalmente instituído pela Lei nº 11.941/09, o qual permite, dentre outros, que os débitos vencidos até o dia 30 de novembro de 2008 sejam pagos à vista, e com as respectivas reduções por tal modalidade de adesão. No caso da Companhia, houve a adesão em dois processos, conforme detalhamento a seguir: i) Auto de Infração que cumulava cobrança de ágio e outros assuntos, cuja adesão foi parcial, exclusivamente em relação ao débito de IRPJ/CSLL relacionados à amortização de ágio realizada nos anos calendário de 2003 e 2004. A Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, optou pela adesão na modalidade à vista, e o referido pagamento gerou impacto no resultado do exercício da Companhia de R\$51.171. ii) Ação Anulatória que discute IRPJ/CSLL lançado sobre a correção monetária de ativo permanente (base de 1989 a 1993). O valor pago com os benefícios do Refis à vista foi de R\$4.486, sendo revertida a provisão integral de R\$13.108 e, como consequência, apurado e registrado um resultado positivo de R\$8.621 na Companhia. Medida Provisória nº 627/13: Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627/13, a qual introduz várias modificações na legislação do IRPJ, da CSLL, do PIS e do COFINS, entre as quais destacam-se: i) Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2015 e, em caráter opcional, a partir de 1º de janeiro de 2014; e ii) Alteração de dispositivos específicos do Decreto-Lei nº 1.598/77 com o objetivo adequar a legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis em vigor, em função da extinção do RTT e da necessidade de se estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL. A Companhia e suas controladas informam que os estudos necessários ao mapeamento dos impactos da aplicação da Medida Provisória em suas Demonstrações Financeiras ainda estão em andamento e que, tão logo a Medida Provisória seja aprovada no Congresso Nacional e a Receita Federal do Brasil (RFB) defina a forma, o prazo e as condições para a referida opção, concluirá pela antecipação ou não dos seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados. a) Gerenciamento de capital: A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresenta ativo maior que o passivo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim resumidos:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).....	195.195	218.541
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4).....	(415.170)	(455.732)
Aplicações financeiras - ativo não circulante.....	(7.703)	(6.795)
Posição financeira líquida.....	(227.678)	(243.986)
Patrimônio líquido.....	1.263.176	1.138.846
Capital social.....	440.959	440.959
Índice de posição financeira líquida.....	(51,63%)	(55,76%)

Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativos financeiros-				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4).....	262.794	124.791		
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).....	211.760	168.103		
Passivos financeiros-				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).....	156.574	186.381		
Fornecedores (nota explicativa nº 13).....	29.791	33.019		

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
Ativos financeiros:		
Mantidos até o vencimento-		
Aplicações financeiras - CDB.....	7.703	6.795
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4).....	415.170	455.732
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).....	304.621	258.170
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).....	195.195	218.542
Fornecedores (nota explicativa nº 13).....	31.941	55.182

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima aos dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. b) Valor de mercado de instrumentos financeiros: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a dos balanços. O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base em juros pós-fixados em virtude das condições de mercado; portanto, os saldos devedores existentes nas datas dos balanços correspondem aos valores aproximados de mercado. c) Taxas de juros: A Companhia celebrou contratos com taxas de juros flutuantes substancialmente relacionadas à remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3% ao ano nos empréstimos e financiamentos contraídos em reais e juros variáveis de Libor acrescida de 0,95% ao ano para os empréstimos em moeda estrangeira. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à remuneração do CDI. d) Concentração de risco de crédito: Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" está distribuído em diversos clientes e não existe nenhum cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia e suas controladas tem feito avaliação individual dos clientes, mas, como prática de mercado, não requerem recebimento antecipado nem garantias. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes por meio da avaliação

dos créditos de liquidação duvidosa. e) Risco com taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado. Há valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros, francos suíços e libras esterlinas), estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Em euros:.....				
Ativos.....	2.647	152	3.091	736
Passivos.....	(347)	(970)	(422)	(2.787)
Exposição líquida.....	2.300	(818)	2.669	(2.051)
Em dólares norte-americanos:.....				
Ativos.....	1.029	1.068	2.019	2.533
Passivos.....	(3.423)	(7.649)	(3.442)	(13.747)
Exposição líquida.....	(2.394)	(6.581)	(1.423)	(11.214)
Em francos suíços:.....				
Ativos.....	-	-	-	-
Passivos.....	-	(533)	-	(533)
Exposição líquida.....	-	(533)	-	(533)
Em libras esterlinas:.....				
Ativos.....	136	-	136	-
Passivos.....	(13)	(13)	(13)	(13)
Exposição líquida.....	123	(13)	123	(13)

Entre os principais saldos expostos à variação cambial há: • Clientes - esses ativos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$60 na controladora e de R\$124 credor no consolidado em 31 de dezembro de 2013 (saldo credor de R\$51 na controladora e de R\$134 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2012). • Fornecedores e adiantamentos - esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$851 na controladora e de R\$345 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2013 (saldo devedor de R\$126 na controladora e de R\$228 credor no consolidado em 31 de dezembro de 2012). • Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 12, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo nos montantes de R\$2.043 na controladora e de R\$2.493 no consolidado em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.450 na controladora e de R\$8.048 no consolidado em 31 de dezembro de 2012). Esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$497 na controladora e de R\$639 no consolidado (saldo devedor de R\$310 na controladora e de R\$636 no consolidado em 31 de dezembro de 2012). f) Contratos com instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. g) Gerenciamento do risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados no consolidado:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Fornecedores.....	35.721	-	-	-	35.721
Empréstimos e financiamentos.....	31.202	33.534	58.758	71.701	195.195

h) Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros da Companhia são monitorados pela Administração, principalmente aqueles relacionados à variação das aplicações financeiras e dos empréstimos captados. A Administração realizou estudos quanto à análise de sensibilidade sobre os seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado no patrimônio líquido nas datas dos balanços conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e pela IFRS 7 - "Financial Instruments: Disclosures", e não identificou efeitos relevantes que pudessem distorcer as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2013, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País, conforme segue:

	Ações		Valor	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Infinity Fundo de Investimento em Participações.....	21.300.000	146.986	146.986	146.986
Lajota Fundo de Investimento em Participações.....	21.300.000	146.986	146.986	146.986
Vincitore Fundo de Investimento em Participações.....	21.300.000	146.986	146.986	146.986
	63.900.000	440.959	440.959	440.959

b) Reservas de capital:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/13	31/12/12
Reserva especial de ágio.....	167.767	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações.....	6.445	6.445
	174.212	174.212

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

c) Reservas de lucros:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
Reserva legal (i).....	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii).....	192.023	192.023
Reserva para incentivos fiscais (iii).....	618	584
Reserva de dividendos adicionais propostos (iv).....	265.078	135.131
Total.....	501.526	371.545

(i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. (ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia. (iii) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. (iv) Foi proposta pela Administração da Companhia, a ser referendada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de lucros no montante de R\$265.079, referente ao exercício social de 2013. d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral. O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários. A movimentação dos dividendos é como segue:

	Valor	
	31/12/13	31/12/12
Dividendos adicionais propostos aprovados em 7 de março de 2013.....	139.240	89.631
Dividendos antecipados aprovados em 25 de junho de 2013.....	50.917	50.917
Juros sobre o capital próprio aprovados em 17 de dezembro de 2013.....	(279.788)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio aprovados e pagos em 2013.....	-	-

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25. PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO RESULTADO - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. O PPR em 31 de dezembro de 2013 era de R\$32.314 (R\$37.110 em 2012), conforme movimentação a seguir:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/13	31/12/12
Provisão do exercício.....	40.866	40.996
Reversão da provisão de exercícios anteriores.....	(8.552)	(3.886)
Participações dos empregados e administradores no resultado do exercício.....	<u>32.314</u>	<u>37.110</u>

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído e total como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/13	31/12/12
Numerador básico e diluído -		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R\$.....	403.815	422.671
Denominador básico e diluído -		
Ações em circulação (em milhares).....	63.900	63.900
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$.....	6,32	6,61

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2013, estando aprovadas para divulgação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adalmiro Dellape Baptista
Presidente Honorário

Jonas de Campos Sialuys
Presidente

Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista
Vice-Presidente

José Luiz Depieri - Conselheiro
Alexandre Gottlieb Lindenbojm - Conselheiro
Carlos Eduardo Depieri - Conselheiro
Luiz Antônio Martins Amarante - Conselheiro
Luiz Carlos Vaini - Conselheiro
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Conselheiro
José Rogério Luiz - Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Manoel Arruda Nascimento Neto
Diretor-Geral de Operações

Celso Pereira Sustovich
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Luciana Gualda dos Santos Sasso
Diretora Executiva Jurídica

Sidinei Righini
Diretor Executivo Financeiro

Wilson Roberto de Farias
Diretor Executivo Industrial

Vânia de Azevedo Nogueira de Alcântara Machado
Diretora Executiva Comercial

CONTADOR

Fernando de Assis Matias - CRC nº 1 SP - 242753/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.**, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2012, os valores correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e normas internacionais IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 - "Presentation of Financial Statements". Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad

Contador

CRC nº 1 SP 215056/O-1

Deloitte.

www.ache.com.br



achē

PERDIDO



FIM DE SEMANA NA PRAIA

LIGUE: 11 3133-8696

SE PERSISTIREM OS SINTOMAS, O MÉDICO DEVERÁ SER CONSULTADO.

FLOGORAL® É UM MEDICAMENTO. SEU USO PODE TRAZER RISCOS. PROCURE UM MÉDICO E O FARMACÊUTICO. LEIA A BULA. FLOGORAL® - cloreto de benzidamina. MS - 1.0573.0313. FLOGORAL® cloreto de benzidamina é um medicamento que apresenta propriedades anti-inflamatórias, analgésicas e anestésicas, indicado para o tratamento de processos inflamatórios e dolorosos da boca e garganta. CONTRAINDICAÇÕES: HIPERSENSIBILIDADE AO CLORIDRATO DE BENZIDAMINA OU AOS DEMAIS COMPONENTES DA FÓRMULA. ESTE MEDICAMENTO É CONTRAINDICADO PARA MENORES DE 6 ANOS. FEVEREIRO/2014

QUEM ENCONTRA DOR DE GARGANTA PERDE UM MONTE DE OUTRAS COISAS.

FLOGORAL TEM TRIPLA AÇÃO. É ANTI-INFLAMATÓRIA, ANALGÉSICO E ANESTÉSICO. ANALGO seguro para a dor de garganta. Para que você não perca mais nenhum momento de diversão.



SE A GARGANTA NÃO TÁ LEGAL, FLOGORAL.

achē